ECONSTOR
Make Your Publications Visible.

A Service of
ZBW
Leibniz-Informationszentrum Wirtschaft
Leibniz Information Centre for Economics

Moura, Rosa; Ferreira, Gustavo

Working Paper

Ensaios operacionais para a identificação de cidades médias

Texto para Discussão, No. 2649

Provided in Cooperation with:
Institute of Applied Economic Research (ipea), Brasília

Suggested Citation: Moura, Rosa; Ferreira, Gustavo (2021) : Ensaios operacionais para a identificação de cidades médias, Texto para Discussão, No. 2649, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília,
https://doi.org/10.38116/td2649

This Version is available at:
https://hdl.handle.net/10419/240843

Standard-Nutzungsbedingungen:

Die Dokumente auf EconStor dürfen zu eigenen wissenschaftlichen Zwecken und zum Privatgebrauch gespeichert und kopiert werden.

Sie dürfen die Dokumente nicht für öffentliche oder kommerzielle Zwecke vervielfältigen, öffentlich ausstellen, öffentlich zugänglich machen, vertreiben oder anderweitig nutzen.

Sofern die Verfasser die Dokumente unter Open-Content-Lizenzen (insbesondere CC-Lizenzen) zur Verfügung gestellt haben sollten, gelten abweichend von diesen Nutzungsbedingungen die in der dort genannten Lizenz gewährten Nutzungsrechte.

Terms of use:

Documents in EconStor may be saved and copied for your personal and scholarly purposes.

You are not to copy documents for public or commercial purposes, to exhibit the documents publicly, to make them publicly available on the internet, or to distribute or otherwise use the documents in public.

If the documents have been made available under an Open Content Licence (especially Creative Commons Licences), you may exercise further usage rights as specified in the indicated licence.

WWW.ECONSTOR.EU

Mitglied der Leibniz-Gemeinschaft

TEXTO PARA DISCUSSÃO

2649

ENSAIOS OPERACIONAIS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS

Rosa Moura
Gustavo Ferreira

ipea

2649
TEXTO PARA DISCUSSÃO
Rio de Janeiro, abril de 2021

ENSAIOS OPERACIONAIS PARA A IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS[1,2]

Rosa Moura[3]
Gustavo Ferreira[4]

1. Este texto é produto da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma Avaliação de Política Pública, desenvolvida pela Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. Uma versão preliminar deste trabalho foi apresentada e debatida na oficina Tipologias como Subsídio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, promovida pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, no dia 22 de abril de 2019, em Brasília. Anteriormente, foi apresentada no XV Workshop da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), Os Desafios da Pesquisa Teórico-Metodológica sobre Cidades Médias, realizado em Juiz de Fora, em 2018.

2. Os autores agradecem aos pareceristas anônimos pelas importantes contribuições ao texto, eximindo-os de qualquer responsabilidade quanto a possíveis erros e/ou omissões. Agradecem também o trabalho cuidadoso da equipe de revisão do Editorial Ipea, que garantiu ajustes imprescindíveis e maior clareza ao texto.

3. Pesquisadora do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Dirur/Ipea e integrante da equipe técnica da pesquisa Fronteiras do Brasil: uma Avaliação de Política Pública.
4. Pesquisador do PNPD na Dirur/Ipea, vinculado à pesquisa Fronteiras do Brasil: uma Avaliação de Política Pública.

Governo Federal

Ministério da Economia
Ministro Paulo Guedes

ipea **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**

Fundação pública vinculada ao Ministério da Economia, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Carlos von Doellinger

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Manoel Rodrigues Junior

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Flávia de Holanda Schmidt

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas
José Ronaldo de Castro Souza Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Nilo Luiz Saccaro Júnior

Diretor de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação e Infraestrutura
André Tortato Rauen

Diretora de Estudos e Políticas Sociais
Lenita Maria Turchi

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais
Ivan Tiago Machado Oliveira

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
André Reis Diniz

Ouvidoria: http://www.ipea.gov.br/ouvidoria
URL: http://www.ipea.gov.br

Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2021

Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 1990-

ISSN 1415-4765

1.Brasil. 2.Aspectos Econômicos. 3.Aspectos Sociais. I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 330.908

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

JEL: R; R11; R12.

DOI: http://dx.doi.org/10.38116/td2649

SUMÁRIO

SINOPSE

ABSTRACT

1 INTRODUÇÃO 7

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O OBJETO DE ANÁLISE.....8

3 ALGUMAS TENTATIVAS DE IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS.....14

4 REFINAMENTOS COMPLEMENTARES.....24

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....34

REFERÊNCIAS 35

SINOPSE

Neste texto, relatam-se os procedimentos operacionais de dois ensaios realizados para identificar cidades médias brasileiras, e se acrescem a eles duas possibilidades de refinamento na identificação, um de ordem urbana e outro de ordem rural. Com esses relatos, objetiva-se colocar em discussão a necessidade de buscar procedimentos metodológicos e operacionais adequados para captar, sob variadas dimensões, as especificidades dos municípios, antes de formular políticas públicas com incidência territorial em determinada categoria de cidade. Os ensaios realizados consideram o universo de 5.570 municípios do Brasil e se valem de informações comparáveis, portanto produzidas sobre uma mesma metodologia, que expressem as características principais dos municípios e os diferenciem entre si diante da heterogeneidade do conjunto. As informações consideradas e os resultados das classificações fazem parte de um anexo disponibilizado junto com o trabalho. O texto está estruturado em quatro segmentos, além da introdução. No primeiro, retoma-se com brevidade a compreensão conceitual do termo cidade média, suas funções e seu papel na rede de cidades, como também no processo de reestruturação produtiva em finais do século XX. No segundo segmento, fazendo-se uso das centralidades do patamar intermediário da classificação dos municípios brasileiros, segundo a publicação *Regiões de Influência das Cidades 2007*, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram consideradas cidades médias as capitais regionais C, os centros sub-regionais A e B e os centros de zona A e B, sendo os centros de zona B com população superior a 50 mil habitantes, ou qualquer tamanho populacional quando situados nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Parte-se dessa identificação para agregar outros elementos identificadores de especificidades: a inserção em arranjos populacionais; a natureza desses arranjos populacionais; e a existência de alguns polos de regiões imediatas, não captados pelos critérios anteriores, que em áreas de baixa densidade de ocupação exercem polarização sobre grandes extensões ocupadas. No terceiro segmento do trabalho faz-se um exercício de busca das especificidades do conjunto identificado a partir de dois refinamentos complementares aos classificatórios. No quarto segmento, de considerações finais, se enfatiza a diversidade encontrada entre os municípios que podem ser considerados cidades médias e contemplados em políticas públicas voltadas a essa categoria de centros no Brasil.

Palavras-chave: cidades médias; municípios brasileiros; arranjos populacionais; REGIC.

ABSTRACT

In this text, we report the operational procedures of two trials carried out to identify Brazilian medium-sized cities, and two possibilities of refinement in identification are included in them, one of urban order and the other of rural order. With these reports, the work aims to discuss the need to seek appropriate methodological and operational procedures to capture, under various dimensions, the specificities of the municipalities, before formulating public policies with territorial incidence in a given category of city. The tests carried out consider the universe of 5,570 municipalities in Brazil, and use comparable information, therefore produced on the same methodology, which express the main characteristics of the municipalities and differentiate them from each other in view of the heterogeneity of the set. The information considered and the results of the classifications are part of an annex made available together with the work. The text is structured in four segments. In the first, the conceptual understanding of the term middle city, its functions and the role of these in the network of cities is resumed briefly, as well as in the process of productive restructuring at the end of the 20th century. Starting from this identification to aggregate other elements identifying specificities: insertion in population arrangements; the nature of these population arrangements; and some poles of immediate regions, not captured by the previous criteria, which in areas of low occupancy density exert polarization over large occupied extensions. In the third segment of the study, the search for the specificities of the set identified from two complementary refinements to the classifications is exercised. As final considerations, in the fourth segment, the diversity found among the municipalities that can be considered as medium cities and contemplated in public policies focused on this category of centers in Brazil is emphasized.

Keywords: medium cities; Brazilian municipalities; population arrangements; REGIC.

1 INTRODUÇÃO

Eleger ou priorizar municípios para a incidência de políticas públicas não é uma tarefa fácil. Um país com a diversidade regional do Brasil e com o elevado conjunto de 5.570 municípios requer procedimentos metodológicos e operacionais capazes de captar, sob variadas dimensões, as especificidades e os requerimentos de cada categoria de município, antes de formular políticas públicas com incidência territorial. Por esse motivo, muitas tipologias de cidades ou de municípios são disponibilizadas, em estudos acadêmicos, com o intuito de subsidiar a compreensão da diversidade do território brasileiro, de maneira a contribuir na formulação de políticas públicas urbanas e regionais.

Neste trabalho, tomam-se como objeto de análise as cidades médias, e realiza-se um exercício para identificação dessas unidades em território nacional, destacando-se que o mesmo exercício pode ser aplicado para outras categorias de cidades. No exercício de identificação desse conjunto de cidades, são consideradas algumas tipologias existentes que ajudarão a mostrar que, no interior do conjunto, são variados os tipos de unidades encontrados.

A análise toma por base informações da década passada, majoritariamente as censitárias, e até de períodos anteriores, como as referentes às centralidades urbanas, que provêm do estudo *Regiões de Influência das Cidades 2007* (IBGE, 2008).[1] Porém, sua atualidade evidencia-se ao expor os resultados de uma reflexão sobre possibilidades metodológicas e operacionais, a importância do refinamento das etapas do processamento e as correlações entre resultados de mais de uma tipologia, o que pode contribuir na definição de futuros roteiros de procedimentos para análises classificatórias e tipologias de cidades ou municípios.

O trabalho se estrutura em quatro blocos de análises, além desta introdução. O primeiro se faz orientar por questões referentes à categoria de cidades escolhida como objeto desta pesquisa, conforme descrito a seguir.

1. Vale dizer que apenas em 2020 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou os resultados da nova pesquisa *Regiões de Influência das Cidades 2018* (IBGE, 2020), nos quais se observam pequenas mudanças na classificação das centralidades do patamar superior da hierarquia (metrópoles e capitais regionais) e algumas redefinições relevantes no patamar intermediário (centros sub-regionais e centros de zona).

- O que levou as cidades médias a assumirem papel de destaque no processo de reestruturação produtiva em finais do século XX?
- Teriam ocupado uma posição deixada por uma crise ou por degradação do ambiente metropolitano?
- O que se entende por cidade média?
- Quais suas funções e qual seu papel na rede de cidades?

Na sequência, em um segundo bloco, são detalhados os passos percorridos para a identificação das cidades médias brasileiras, considerando o universo de 5.570 municípios e valendo-se de informações comparáveis, portanto produzidas sobre uma mesma metodologia. Relatam-se dois ensaios que buscam alguns elementos que apontem características essenciais diante da heterogeneidade do conjunto de cidades médias identificado. Um anexo com as informações consideradas e os resultados classificatórios complementa este trabalho (anexo 1). No terceiro bloco, demonstra-se que o resultado obtido exige ainda que se busquem elementos complementares aos classificatórios, que permitam caracterizar as especificidades dessas cidades, o que leva a dois refinamentos, um de ordem urbana e outro de ordem rural, que analisam a inserção das cidades respectivamente nas escalas da urbanização brasileira e na tipologia dos espaços rurais brasileiros. Em um quarto e último bloco são colocados pontos para reflexão sobre a imprescindibilidade de que sejam consideradas essas especificidades, inquestionáveis perante a diversidade do território brasileiro, na formulação de políticas públicas ou em análises acadêmicas.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO SOBRE O OBJETO DE ANÁLISE

2.1 Relevância das cidades médias

As chamadas cidades médias tiveram importância destacada a partir dos anos 1970 e 1980, quando o modelo de produção fordista entra em crise nos países centrais e periféricos. Nesse período, tomam-se medidas para o reposicionamento da economia capitalista, com mudanças na organização e funcionamento das empresas e no modo de produção. Efetiva-se uma reestruturação produtiva que provoca a redistribuição espacial da atividade industrial e dos serviços, com grande apoio em políticas de descentralização postas em prática, fundamentalmente, nos anos 1990.

Esse grande movimento de relocalização e de reconversão do capital fez com que cidades com menor inserção no processo produtivo, diante da predominância das metrópoles na esfera nacional, fossem beneficiadas pelo Estado com investimentos para adequação às novas exigências do capital, tornando-se estratégicas às grandes empresas, em sua busca seletiva por localização no território. As escolhas se pautaram nas condições gerais de produção, apoiadas pelas novas tecnologias de comunicação, informação e logística. Como efeito, muitas dessas cidades passaram a configurar um ambiente potencial de acumulação, atendendo aos padrões espaciais de localização das atividades produtivas, de distribuição e de consumo, o que favoreceu a associação entre o capital financeiro, os promotores de negócios imobiliários e a indústria da construção.

Não obstante, já nos anos 1970 e 1980 as cidades médias tiveram um papel relevante nas políticas promovidas pelo Estado, particularmente no âmbito do desenvolvimento urbano, com vistas à desconcentração do crescimento e à melhoria da qualidade de vida urbana (Motta e Mata, 2008). O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1975-1979 incluía, entre seus objetivos, promover a estruturação da rede urbana visando à maior eficácia das funções exercidas pelas cidades e à elevação dos padrões de qualidade de vida, mediante a definição de polos secundários, as cidades médias. A estratégia dessa política colocava em destaque a interiorização do desenvolvimento e a desconcentração regional, particularmente do Sudeste. A política urbana do III PND 1980-1985 manteve o objetivo da interiorização e da desconcentração espacial das atividades econômicas, destacando como base as funções estratégicas das regiões metropolitanas e das cidades médias. Para Motta e Mata (2008), nessa fase, observou-se uma atuação programática e integrada do governo federal nas cidades médias, com participação das três esferas de governo, promovendo, entre outros, projetos de desenvolvimento urbano e institucional e ações voltadas à geração de emprego e renda, especialmente em áreas ocupadas por população de baixa renda. Resultados positivos podem ser apontados, especialmente quanto a melhorias na capacidade de gestão territorial, na infraestrutura e nos serviços urbanos, além da introdução de abordagem integrada e mais abrangente às ações do desenvolvimento urbano.

De modo geral, tais condições provocaram mudanças no padrão da rede de cidades, com a emergência de novos núcleos urbanos, diversificação funcional dos centros existentes e uma maior articulação entre centros e regiões, o que fez com que se

ampliasse a complexidade dos padrões espaciais da rede de cidades e ocorressem novas formas de urbanização (Corrêa, 2001; Brenner, 2013). No caso brasileiro, registra-se a configuração de uma rede urbana mais densa e em expansão (Matos, 2000).

Na dimensão populacional, passaram a ocorrer novos padrões migratórios e intensificaram-se os deslocamentos pendulares para trabalho e estudo. Entre 2000 e 2010, enquanto se reduziram as taxas de crescimento populacional dos núcleos metropolitanos, constatou-se o crescimento de municípios classificados como centralidades de patamar intermediário na hierarquia urbana brasileira: capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona, conforme IBGE (2008). Estas mesmas centralidades também se tornam focos de intenso deslocamento pendular interurbano, antes concentrado nas áreas metropolitanas. Ainda apresentaram crescimento significativo muitos municípios classificados pelo IBGE como centros locais, situados em áreas de expansão da fronteira econômica, ligadas à mineração, ao agronegócio ou a grandes projetos de infraestrutura. Essas mudanças de comportamentos sugerem a ocorrência de novas áreas de concentração de população (ACPs), disseminadas no território (Moura e Cintra, 2012; Delgado e Moura, 2013).

Frutos do processo de reestruturação do capital, em sua fase de reprodução mundializada e financeirizada, são as grandes mudanças registradas nos espaços metropolitanos, que se revalorizaram a partir da concentração de funções do terciário superior, como atividades de gestão e comando da economia e do território, além da forte presença do trabalho imaterial. Houve uma redistribuição intrametropolitana e extrametropolitana das atividades industriais, comerciais e de serviços, bem como uma expansão física da ocupação, com a periferização já não restrita a populações de menor renda, mas aberta à implantação de condomínios e complexos residenciais, apoiados na oferta de infraestruturas e serviços, no lastro dos negócios imobiliários. A metropolização e a própria urbanização se transformaram.

A dinâmica descrita extrapola o espaço circunscrito aos núcleos metropolitanos e passa a conformar vastas regiões urbanas (Lencioni, 2011; Mattos, 2014; 2016), ao induzir tanto uma metropolização expandida, dispersa, multimodal, policêntrica e indelimitável – pois em constante expansão – como uma metropolização do espaço, que remete à cobertura do território por um "tecido urbano", que torna atual a reflexão de Lefebvre (1991) em meados do século passado. Evidentemente, esse processo não

atinge homogeneamente todos os espaços, privilegiando e descartando, provocando um aumento das desigualdades territoriais entre as áreas "metropolizadas" e aquelas não inseridas ou excluídas da metropolização.

No âmbito das morfologias urbanas, são tão marcantes as mudanças ocorridas nessa fase da urbanização que alguns autores chamam-lhe metamorfose urbana (Lencioni, 2011; 2013; Soja, 2013; Mattos, 2014). Metamorfose que não só transforma a aparência e a vida intraurbana mas que acelera a formação de cidades-regiões urbanas policêntricas, com ampla escala territorial, que abrangem uma rede vastamente distribuída de aglomerações e centros de variados tamanhos, compondo o que Soja (2013) denomina redes regionais de aglomerações, que incorporam cidades médias, pequenas e o meio rural. Para além dessas morfologias, a metropolização se desdobra em várias escalas, avança sobre o território e atinge uma esfera planetária, como postulam Brenner (2013), Soja (2013) e Mattos (2014; 2016).

2.2 Compreensão sobre a categoria

Diante desse contexto de transformação na natureza e nas formas do urbano, as cidades médias – no sentido de cidades intermediadoras – têm ampliado e diversificado seus vínculos de articulação nas mais variadas escalas geográficas, hierarquias urbanas e dimensões econômico-sociais. Reforçam-se seus papeis por especialidades e/ou complementaridades funcionais, sua capacidade de polarização e difusão, e se estreitam suas relações contínuas ou descontínuas com outras cidades e aglomerações. Em muitos casos, sua área de influência direta se estende territorialmente, e se eleva o nível de sua centralidade, pois essas cidades funcionam como nós por onde transitam fluxos que se multiplicam, diversificam e adensam as redes de relações. Fluxos estes que definem e consolidam a importância dessa categoria de cidades como intermediadoras na divisão social e territorial do trabalho – papel que se expressa na organização das redes de cidades.

Esse é o entendimento dado, neste texto, à expressão cidade média, correspondente a espaços de intermediação, de articulação entre centros urbanos de diferentes portes, e não a uma escala de tamanho, à qual se ajustaria o termo cidade de porte médio. Admite-se nesse entendimento que "nem toda a cidade de porte médio possui as qualidades que podem fazer dela uma cidade funcionalmente média" (Amorim Filho e Rigotti, 2002, p. 5).

O papel de intermediação é definido por condições históricas e pelas alterações nos modos de produção – como se vivencia neste estágio contemporâneo da urbanização. As cidades e seu espaço regional passam a desempenhar novas formas de articulação, e suas relações adquirem "uma natureza completamente diversa da que antes conhecia" (Santos, 1988, p. 46). Com o avanço desse movimento, ocorrem especializações, diferenciações e a complexificação dos sistemas urbanos.

Seja como cidade singular, como núcleo de aglomeração urbana, polo de aglomeração urbano-industrial ou, ainda, como partícipe de grandes regiões urbanas, a cidade média não existe isoladamente, senão em suas articulações horizontais, com o espaço imediato ou outras cidades próximas, e verticais, com cidades e regiões mais distantes (Santos, 1996). Da mesma forma, como parte de um processo geral de urbanização, essas cidades não podem ser dissociadas dos seus entornos rurais, na medida em que estes sediam equipamentos e serviços imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social de suas áreas não urbanas. Esse entorno rural expressa a diversidade do território brasileiro e por vezes adquire enorme extensão, portanto são diferenciadas as demandas ao núcleo urbano das cidades médias. Ademais, além da região de sua influência imediata, a cidade média exerce comando sobre um espaço regional, entendido por IBGE (2013) como um exercício de articulação urbano-regional imediata e intermediária. Nesse exercício, a cidade média provoca uma configuração regional, já que "a região é o próprio quadro de referências, é o próprio ambiente socialmente construído, a partir das relações entre cidades médias e pequenas" (Sposito, 2009, p. 19).

2.3 Cidades médias e rede de cidades

As redes e os sistemas urbanos encontram-se em constante transformação, e a hierarquia de seus centros, sob reposicionamentos em função de diferentes processos políticos, sociais e econômicos. Para manter ou elevar um nível de centralidade, a cidade média deve constantemente estar adaptada às exigências da produção e do consumo, sob pena de sucumbir perante as escolhas do capital. Fruto dessas escolhas, os papeis sociais dessas cidades se transformam, o que faz com que muitas se encontrem dotadas de instituições e serviços complexos, antes específicos dos ambientes metropolitanos.

Importante reiterar, conforme Sposito (2009), que a abrangência do grau de articulação das cidades médias obedece às condições de concentração/dispersão ou

de densidade/extensão da ocupação do território. Nas áreas mais dispersas, elas reforçam e ampliam a extensão de sua centralidade, e chegam a realizar o papel de um centro metropolitano regional. Nas áreas mais densas e sob efeito direto da metropolização, essas cidades veem esvaziar sua força polarizadora.

Embora haja constantes mudanças na rede de cidades, no Brasil as centralidades principais mantêm relativa estabilidade em suas posições na hierarquia urbana, como mostra a série de pesquisas do IBGE sobre as Regiões de Influência das Cidades (REGIC), operacionalizada com base na definição de um rol de bens e serviços, cujos volume e origem da sua procura traduzem a diferenciação entre localidades centrais e oferecem condições para que se estabeleça a escala hierárquica dos centros e se delimitem suas regiões de influência. Nas pesquisas, observam-se permanências nas redes regionais mais consolidadas e nas classes principais dos centros, isto é, há manutenção dos níveis hierárquicos, com nenhuma ou apenas pequenas alterações de posição na escala. Entre as exceções, está a ascensão de Brasília como metrópole nacional. Mudanças são constatadas na interiorização e na ampliação do número de centros classificados nos níveis intermediários, devido ao adensamento e à emergência de redes em territórios de ocupação anteriormente rarefeita, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, com fracionamento ou alterações nas articulações das redes – como exemplifica a criação do estado de Tocantins e de sua capital (IBGE, 2008).

A transformação mais marcante foi relativa à intensidade do processo de aglomeração, já prenunciada por Santos (1967) nos idos dos anos 1960, o que levou o IBGE a adotar as concentrações urbanas como unidades de observação e agregação de informações para classificação dos centros na hierarquia urbana. Entre essas concentrações, muitas conformam arranjos populacionais, que dizem respeito a agrupamentos de dois ou mais municípios em continuidade espacial da ocupação e forte integração populacional, medida pela elevada comutação das pessoas para estudo e/ou trabalho em município que não o de residência, por vezes a transpor os limites político-administrativos de estados da Federação e mesmo do país (IBGE, 2016).

3 ALGUMAS TENTATIVAS DE IDENTIFICAÇÃO DE CIDADES MÉDIAS

3.1 Primeiro ensaio: identificação por centralidade

Em 2016, atendendo à demanda do então Ministério da Integração Nacional sobre novas centralidades em apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Ipea realizou um exercício de identificação e tipificação das cidades médias existentes no universo dos municípios brasileiros.[2] Nessa busca, as principais informações consideradas foram a função urbana[3] que exercem e a abrangência territorial alcançada, ambas encontradas no citado estudo *Regiões de Influência das Cidades 2007* (IBGE, 2008), do qual tomou-se por base a classificação mais recente. Este estudo, como os demais da série, classifica os municípios em níveis da hierarquia urbana e estabelece a delimitação das regiões de influência das centralidades, tendo como principal definidor o aspecto funcional e a relação entre centros. Foram identificados como possíveis cidades médias aqueles municípios classificados como capitais regionais B e C e centros sub-regionais A e B, por reconhecidas condições do exercício de intermediação com as demais categorias da rede de cidades. A abrangência das regiões de influência dessas categorias de centros do IBGE permitiu identificar o alcance de sua intermediação com o respectivo entorno regional.[4] As capitais regionais A, juntamente com as metrópoles, foram excluídas por corresponderem exclusivamente a capitais estaduais, com exceção de Campinas, e se distinguirem por inúmeras funções superiores.

Diante da dimensão do território brasileiro e de sua diversidade regional, essa identificação sumária se mostrou insuficiente para destacar a intermediação realizada

2. Resultados apresentados e debatidos no seminário do Diálogos Setoriais União Europeia-Brasil, intitulado Novas Centralidades Urbanas em Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Regional, com participação de equipe do Ministério da Integração Nacional, em 18 de maio de 2016, em Brasília.

3. Em termos de funções urbanas, IBGE (2008) privilegia a gestão do território, presente fundamentalmente em metrópoles e algumas capitais regionais, expressa na presença de órgãos de gestão federal e instituições de gestão empresarial, que permitem avaliar níveis de centralidade administrativa, jurídica e econômica. Para a inclusão de centros não selecionados por essa gestão, foram consideradas funções decorrentes da presença de: atividades de comércio e serviços, atividades financeiras, ensino superior, serviços de saúde de média e alta complexidade, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo (IBGE, 2008).

4. Sublinha-se que a escolha pelo estudo do IBGE se pauta ainda por entender que nele o conjunto de informações empregado para hierarquizar municípios compõe-se de uma base de dados adequada e abrangente, que agrega além de dados fixos os fluxos de ligações entre centros para o exercício de diversas funções, além desse conjunto ser operacionalizado por uma metodologia que se aperfeiçoa a cada nova edição do estudo (que já se encontra na quinta edição).

por centralidades em menor posição hierárquica em algumas regiões do país. É o caso dos centros de zona, que possuem menor porte populacional e atuação restrita à sua área imediata, além de exercerem funções de gestão elementares. A depender das regiões em que se situam, no entanto, ocorre a possibilidade da intermediação por parte desses centros, ainda que dispondo desse perfil de funcionalidade mais reduzido. Essa possibilidade levou inicialmente à inclusão dos centros de zona A e dos centros de zona B no elenco de cidades médias, desde que com mais de 50 mil habitantes em 2010. Os centros locais foram excluídos do exercício de identificação por serem considerados componentes da região de influência das centralidades ponderadas.

Mapeadas as cidades médias identificadas no ensaio, ficou nítida a concentração de unidades no Sul, Sudeste e parte do Nordeste brasileiro, contrapondo-se a extensões com centralidades muitos dispersas e distantes entre si nas demais regiões. Corrigiu-se então a aplicação dos critérios, e foram incorporados ao elenco todos os centros de zona B, independentemente de seu tamanho populacional, desde que situados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. No caso do corte populacional, adotou-se para os cálculos a estimativa da população residente com data de referência em 1º de julho de 2017 (IBGE, 2017a). Entre os primeiros resultados da aplicação atual foram identificadas 59 cidades médias com categoria de capitais regionais (B e C), 164 com categoria de centros sub-regionais (A e B) e 391 com categoria de centros de zona A e B, estes últimos considerando mais de 50 mil habitantes em 2017, nas regiões Sul e Sudeste, e qualquer população nas demais regiões do país, totalizando 614 unidades (anexo 1).

3.2 Segundo ensaio: cidades em arranjos espaciais

No exercício atual, retomou-se a decisão metodológica adotada pelo Ipea, com o pressuposto da escolha da pesquisa REGIC de 2007, por ser a classificação voltada aos municípios brasileiros mais adequada à identificação de centralidades com funções intermediadoras. Passou-se, na sequência, à análise do expressivo número de 296 municípios não classificados pela REGIC, todos integrantes de ACPs ou de suas subáreas. Segundo Castello Branco (2006 *apud* IBGE, 2008, p. 11):

> ACPs são definidas como grandes manchas urbanas de ocupação contínua, caracterizadas pelo tamanho e densidade da população, pelo grau de urbanização e pela coesão interna da área, dada pelos deslocamentos da população para trabalho ou estudo. As ACPs se desenvolvem ao redor de um ou mais núcleos urbanos, em caso de centros conurbados, assumindo o nome do município da capital, ou do município de maior população.

São quarenta ACPs que se constituem pela agregação de 336 municípios, ou seja, os quarenta municípios que nominam as respectivas ACPs e os 296 não classificados na REGIC de 2007.

Ao relacionar o estudo de Castello Branco (2006) ao que dá sequência a ele, sobre arranjos populacionais e concentrações urbanas (IBGE, 2016), observa-se que a grande maioria desses municípios era integrante de área do entorno das metrópoles, e seus territórios eram muitas vezes adjacentes às ACPs ou aos arranjos populacionais (com exceção de seus próprios polos), definidos pelo IBGE, sendo alguns, da mesma forma, não inseridos no arranjo, mas adjacentes a ele. Dois casos servem de exemplo: os municípios de Itabuna (Bahia) e de Rio Grande (Rio Grande do Sul), que compõem respectivamente com Ilhéus (Bahia) e com Pelotas (Rio Grande do Sul) reconhecidas aglomerações urbanas, mas estas não cumprem todos os critérios para serem apontadas como arranjo populacional por IBGE (2016); outros exemplos semelhantes se sucedem a estes. Há que se registrar também que muitos municípios não classificados integram ACPs internas à macrometrópole paulista, alguns com elevada população, ou outros arranjos urbano-regionais (Moura, 2016), nos quais desempenham papeis distintos dos municípios situados em regiões menos adensadas ou menos "metropolizadas" do país, como se abordará adiante.

Outro aspecto sobressaliente a ser observado diz respeito especificamente às proximidades da área metropolitana de Porto Alegre. Enquanto nas demais aglomerações de natureza metropolitana todo o conjunto de municípios do entorno é integrado ao arranjo populacional polarizado pela metrópole e não classificado na REGIC de 2007, no Rio Grande do Sul registra-se uma situação distinta, pois muitos municípios que fazem parte da aglomeração metropolitana de Porto Alegre recebem classificação na hierarquia de centros e conformam arranjos populacionais específicos. Ou seja, diferentemente das demais, essa é uma área metropolitana que aparece como multipolarizada, devido a uma aplicação diferenciada da metodologia de classificação usada pelo IBGE. Essa fragmentação resultante deve ser melhor avaliada, pois atribui classes hierárquicas a municípios que compõem uma mesma unidade metropolitana, dificultando, por ser uma aplicação específica, a comparabilidade no conjunto das metrópoles e áreas metropolitanas do território brasileiro.[5]

5. Vale notificar que na base de dados sobre arranjos populacionais que acompanha a pesquisa REGIC de 2018 (IBGE, 2020) já se encontram os devidos ajustes.

Optou-se por sublinhar essas duas observações, mas, dessa vez, não procedendo a ajustes em alguns dos casos apontados, mantendo-se fiel tanto à classificação de centros da REGIC de 2007 (IBGE, 2008) quanto aos limites considerados nos arranjos populacionais (IBGE, 2016).

As 614 cidades médias identificadas compunham um quadro heterogêneo, seja pela categoria da classe de centro ou funcionalidade, seja pela morfologia, ou ainda pela localização no território e o devido papel desempenhado na rede de cidades. Levando em consideração esse reconhecimento, avançou-se no processo de identificação, procedendo a alguns tratamentos refinadores, como se abordará na sequência.

Há que se considerar que o conjunto de centros que interage no interior do sistema urbano, organizado em uma rede de cidades, constitui uma totalidade movida por diferentes impulsos, que tornam os centros também diferentes. A dimensão continental, a diversidade regional e a inserção gradual e diferenciada das regiões do país na divisão social do trabalho, associada ao movimento do capital no território, contribuíram para que o processo de urbanização produzisse, sob rápidas mudanças, distintas configurações espaciais e uma grande disparidade na distribuição territorial dos centros. Esse processo e seus resultados espaciais, que integram as várias escalas da urbanização brasileira (Moura e Pêgo, 2016) que serão um componente de análise na subseção 4.1 deste trabalho, devem ser tomados em conta para fundamentar estratégias de desenvolvimento e nortear políticas públicas.

3.2.1 Inserção em arranjos populacionais

Considerada a heterogeneidade do conjunto de 614 cidades médias identificadas, um primeiro tratamento refinador buscou distinguir as cidades médias singulares daquelas que compõem arranjos populacionais,[6] identificados também por IBGE (2016), por entender que as centralidades que formam esses arranjos configuram unidades espaciais que devem ser analisadas na totalidade do conjunto de municípios. Algumas dessas cidades reúnem nos arranjos apenas dois municípios, outras agregam conjuntos elevados de municípios em continuidade de mancha de ocupação e com altos fluxos

6. Conforme já apontado, arranjos populacionais são agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, mensurada nos movimentos pendulares para trabalho ou estudo em 2010 e na existência de contiguidade entre as manchas urbanizadas, além de possuírem 100 mil habitantes ou mais em seu núcleo central (IBGE, 2016).

de comutação entre si. Unidades nessas condições passam a desempenhar funções públicas de interesse comum entre os municípios componentes, antes peculiares a aglomerações metropolitanas, e que se mostram de difícil gestão por envolver diferentes esferas administrativas.

Nesse tratamento refinador, ao serem inseridos todos os municípios integrantes dos arranjos populacionais, o conjunto identificado de 614 cidades médias passou a compor-se por 931 municípios, dos 5.570 existentes no Brasil em 2017. Ou seja, 159 cidades médias configuram arranjos populacionais, às quais se acrescem 317 municípios. Outros 455 municípios correspondem a cidades médias singulares (anexo 1).

3.2.2 A natureza dos arranjos populacionais

Um segundo tratamento refinador particularizou as unidades que compõem arranjos populacionais e buscou distinguir entre elas: as polarizadas por capitais de Unidades da Federação (UFs), que se peculiarizam pela função de gestão do território; as que formam arranjos em limites estaduais; e as fronteiriças, particularmente as que configuram arranjos transfronteiriços, incluindo em sua unidade municípios de outros países – casos que fazem substancial diferença na funcionalidade urbana e no papel de intermediação de alguns municípios brasileiros.

No primeiro grupo estão os arranjos populacionais conformados pelas capitais Macapá (Amapá) e Porto Velho (Rondônia), assim como as unidades singulares de Boa Vista (Roraima), Palmas (Tocantins) e Rio Branco (Acre). Entre os arranjos interestaduais, distinguiram-se dezoito, nos limites entre Amapá e Pará, Maranhão e Piauí, Maranhão e Tocantins, Piauí e Pernambuco, Pernambuco e Bahia, Alagoas e Sergipe, Minas Gerais e Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, Minas Gerais e Goiás, Mato Grosso e Goiás e Paraná e Santa Catarina, portanto, compostos por municípios de mais de uma UF. Essas unidades em arranjos interestaduais agregam um total de 39 municípios.

As unidades fronteiriças, por sua vez, são dez, sendo que estas envolvem treze municípios brasileiros da linha de fronteira e dezesseis municípios dos países vizinhos, compondo arranjos transfronteiriços entre Brasil e: Argentina, Bolívia,

Colômbia, Paraguai, Peru e Uruguai. Dois desses arranjos são trifronteiriços, o de Tabatinga (Brasil-Colômbia-Peru) e o de Foz do Iguaçu (Brasil-Paraguai-Argentina).[7] Todos esses casos têm reproduzida e ampliada a dificuldade da gestão interfederativa, como também internacional. Nas regiões de fronteira, muitas cidades médias demarcam áreas de influência comum, seja nesses arranjos transfronteiriços com municípios de países vizinhos, seja no caso de outras cidades localizadas na faixa de fronteira,[8] incluindo capitais de estados, e funcionam como cidades conectoras entre países (Egler, 2015).

Nesse tratamento refinador, recomenda-se também destacar municípios que se inserem em arranjos urbano-regionais, grandes regiões urbanas, redes de aglomerações ou outras entre tantas denominações (Lencioni, 2011; Brenner, 2013; Soja, 2013; Mattos, 2014; 2016; Moura, 2016), isto é, unidades espaciais que agregam aglomerações metropolitanas, aglomerações urbanas e centros isolados em arranjos com alta conectividade e comutação, muitos destes já objeto de observação por não terem sido classificados pela REGIC de 2007. Especificamente como arranjos urbano-regionais no Brasil, foram apontados por Moura (2016): Belo Horizonte-Vale do Aço (Minas Gerais), Brasília-Anápolis-Goiânia (Distrito Federal-Goiás), Curitiba-Ponta Grossa-Paranaguá (Paraná), Leste Catarinense (Santa Catarina), Porto Alegre-Caxias do Sul (Rio Grande do Sul), Recife-João Pessoa (Pernambuco-Paraíba), Rio de Janeiro-Juiz de Fora (Rio de Janeiro-Minas Gerais), Salvador-Feira de Santana (Bahia), além da macrometrópole paulista (Moura, 2016; Lencioni, 2006; 2011), pela extensão e complexidade. Neles, o papel de intermediação das centralidades é distinto daquele realizado por centralidades não inseridas em um campo de articulação metropolitano, que comanda as relações globais com metrópoles internacionais, como se dá em São Paulo e sua área de influência, conjuntamente classificadas pelo IBGE como a Grande Metrópole Nacional.

7. Arco Norte da fronteira: Tabatinga (Amazonas)-Leticia (Colômbia)-Santa Rosa (Peru); Brasiléia/Epitaciolândia (Acre)-Cobija (Bolívia). Arco Central: Guajará-Mirim (Rondônia)-Guayaramerín (Bolívia); Corumbá/Ladário (Mato Grosso do Sul)-Puerto Quijarro/Puerto Suárez (Bolívia); Bela Vista (Mato Grosso)-Bella Vista Norte (Paraguai); Ponta Porã (Mato Grosso do Sul)-Pedro Juan Caballero (Paraguai). Arco Sul: Foz do Iguaçu/Santa Terezinha do Itaipu (Paraná)-Ciudad del Este/Hernandarias/Minga Guazú/Presidente Franco (Paraguai)-Puerto Iguazú (Argentina); Sant'Ana do Livramento (Rio Grande do Sul)-Rivera (Uruguai); São Borja (Rio Grande do Sul)-Santo Tomé (Argentina); Uruguaiana (Rio Grande do Sul)-Paso de los Libres (Argentina).

8. Definida pela Lei nº 6.634/1979, a faixa de fronteira equivale a 150 km de largura a partir da linha de fronteira.

3.2.3 Exercício da função de polo de região oficial

Um terceiro tratamento refinador foi relacionar as cidades médias identificadas com os municípios considerados polos das regiões geográficas, definidas por IBGE (2017b) com os insumos da REGIC de 2007, sejam essas regiões imediatas ou intermediárias de articulação urbana.[9] As cidades médias identificadas corresponderam, na maioria, aos polos das regiões intermediárias e de algumas regiões imediatas de articulação urbana, mas há exceções.

Para cada região geográfica imediata existe um polo articulador de seu território, que em alguns casos trata-se de centros locais. O polo, que pode ser um município isolado ou um arranjo populacional, dá nome a essas regiões, que são compreendidas da maneira descrita a seguir.

> As regiões geográficas imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), do Ministério do Trabalho e de serviços judiciários, entre outros.
>
> As regiões geográficas intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as regiões geográficas imediatas. Preferencialmente, buscou-se a delimitação das regiões geográficas intermediárias com a inclusão de metrópoles ou capitais regionais (...). Em alguns casos, principalmente onde não existiam metrópoles ou capitais regionais, foram utilizados centros urbanos de menor dimensão que fossem representativos para o conjunto das regiões geográficas imediatas que compuseram as suas respectivas regiões geográficas intermediárias.
>
> As regiões geográficas intermediárias organizam o território, articulando as regiões geográficas imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade (IBGE, 2017b, p. 20).

9. A regionalização realizada em 2017 incorporou conceito empregado em estudo do IBGE de 2013, no qual as "regiões de articulação urbana são espaços pautados numa organização em rede, onde os centros de gestão do território e os fluxos determinam as vinculações e o arranjo regional. Tais características apenas refletem processos históricos que se formaram pela interação entre vários atores e palcos, tais como: os domínios ecológicos; a população; as atividades agrícolas e industriais; os transportes e as atividades terciárias, e que, ainda que subjacentes nessa análise, permitem uma visão da diversidade do país" (IBGE, 2013, p. 3). Enquanto no estudo de 2013 as unidades não se restringiam aos limites estaduais, na regionalização de 2017, dada sua utilização para inúmeras finalidades institucionais, foram feitos ajustes de modo que as regiões não transcendam os limites das UFs.

Relacionados o elenco de polos de regiões imediatas e intermediárias e o conjunto das 614 cidades médias identificadas, observou-se que todos os polos de regiões geográficas intermediárias estavam classificados entre elas. Entre os polos de regiões geográficas imediatas, apenas 36 não correspondiam às cidades médias identificadas. Esses polos compunham dois conjuntos de municípios: os que estavam classificados como centros de zona B, com menos de 50 mil habitantes em 2017, e localizados em estados do Sul e Sudeste, totalizando quinze municípios (quadro 1); e os classificados como centros locais, dezenove municípios, dos quais dez estavam localizados na região Norte, sendo alguns importantes núcleos próximos à fronteira, como os que configuram os arranjos transfronteiriços Oiapoque (Amapá)-Saint Georges (Guiana Francesa) e Pacaraima (Roraima)-Santa Elena de Uairén (Venezuela).[10] Além desses, havia, ainda, Sete Lagoas (Minas Gerais) e Petrópolis (Rio de Janeiro), não classificados na REGIC, ambos integrando arranjo populacional, trazendo consigo mais três municípios. Esses 36 polos de regiões imediatas passaram a agregar o conjunto identificado, elevando de 614 para 650 a quantidade de cidades médias (mapa 1), e de 931 para 970 o total de municípios, considerando os respectivos arranjos populacionais (mapa 2) que compõem as cidades médias no Brasil.

A distribuição espacial das cidades médias identificadas confirma a heterogeneidade do território nacional, pois estão fortemente concentradas no Sul e Sudeste, seguidos pelo Nordeste. As regiões Norte e Centro-Oeste têm uma distribuição mais esparsa dessas unidades pelo território. A classe dos centros também varia: no Sul e Sudeste (exceto norte de Minas Gerais), as cidades médias estão classificadas nas três categorias de centros, capitais regionais, centros sub-regionais e centros de zona; no Nordeste, predominam os centros de zona; e no Norte e Centro-Oeste, os centros locais situam-se em áreas com grande distância de centralidades de nível intermediário, particularmente no Amazonas e em Roraima, e assim preenchem a lacuna aberta pela ausência dessas centralidades.

10. Este arranjo transfronteiriço não integra a relação de arranjos populacionais internacionais conforme o IBGE, por esse motivo não é computado como arranjo no anexo 1.

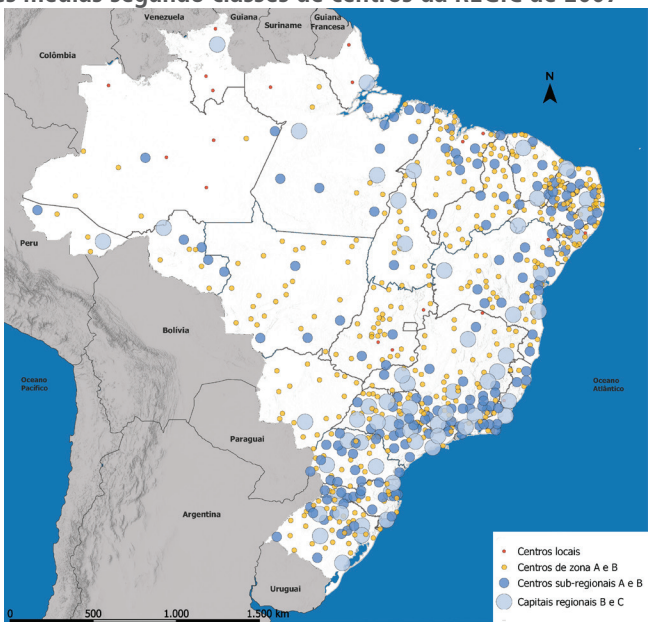
QUADRO 1
Municípios polos de regiões geográficas de articulação imediata, não identificados nos primeiros ensaios como cidades médias

Classificação do centro	Município	Estado
Centro de zona B	Abaeté	Minas Gerais
	Águas Formosas	Minas Gerais
	Dores do Indaiá	Minas Gerais
	Iturama	Minas Gerais
	Mantena	Minas Gerais
	Monte Carmelo	Minas Gerais
	Oliveira	Minas Gerais
	Pedra Azul	Minas Gerais
	Piumhi	Minas Gerais
	Piraju	São Paulo
	Pitanga	Paraná
	Ituporanga	Santa Catarina
	São Lourenço do Oeste	Santa Catarina
	Nonoai	Rio Grande do Sul
	Sobradinho	Rio Grande do Sul
Centro local	Coari	Amazonas
	Manacapuru	Amazonas
	Manicoré	Amazonas
	São Gabriel da Cachoeira	Amazonas
	Caracaraí	Roraima
	Pacaraima	Roraima
	Rorainópolis	Roraima
	Oriximiná	Pará
	Porto Grande	Amapá
	Barreirinhas	Maranhão
	Itapecuru Mirim	Maranhão
	Atalaia	Alagoas
	Jeremoabo	Bahia
	Espinosa	Minas Gerais
	Alegre	Espírito Santo
	Flores de Goiás	Goiás
	Palmeiras de Goiás	Goiás
	Piracanjuba	Goiás
	Oiapoque	Amapá
Não classificados	Petrópolis	Rio de Janeiro
	Sete Lagoas	Minas Gerais

Fonte: IBGE (2017b).
Elaboração dos autores.

MAPA 1

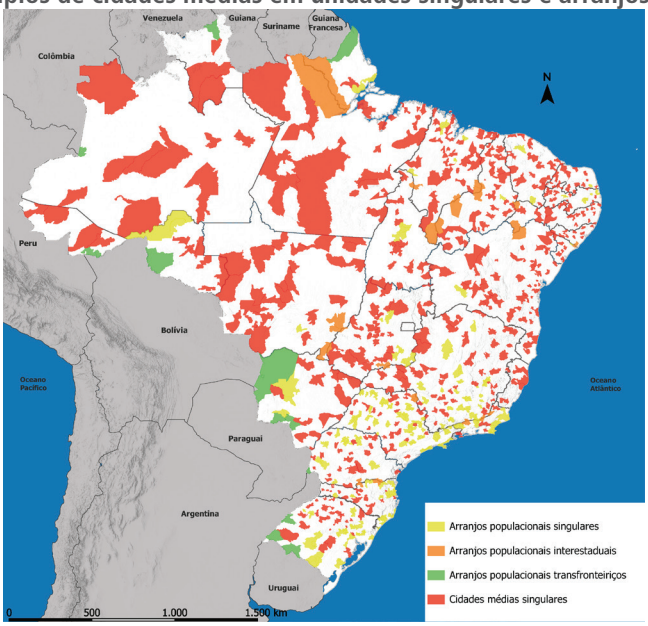
Brasil: cidades médias segundo classes de centros da REGIC de 2007



Fonte: IBGE (2008).
Elaboração dos autores.

MAPA 2

Brasil: municípios de cidades médias em unidades singulares e arranjos populacionais



Fonte: IBGE (2016).
Elaboração dos autores.

Outro aspecto observado e que é decisivo na compreensão do papel e das funções a serem exercidas pelas cidades médias identificadas diz respeito à natureza das unidades. As cidades médias que configuram arranjos espaciais (incluindo os interestaduais e os fronteiriços) também se concentram no Sul e Sudeste, seguidos pelo Nordeste. Nessas regiões, as unidades singulares correspondem a municípios de pequena extensão territorial, já no Norte e Centro-Oeste, elas se referem a municípios de grande extensão. Enquanto nas unidades em arranjos a gestão compartilhada torna-se uma preocupação para a eficácia de políticas públicas, no caso das unidades singulares do Norte e Centro-Oeste, pela extensão de seus territórios, a grande preocupação vai além de articular as relações entre o urbano e o rural, e alcança a dimensão regional, por se tratar, algumas vezes, de municípios que ocupam grandes proporções do território de suas respectivas UFs.

4 REFINAMENTOS COMPLEMENTARES

4.1 Escalas da urbanização

Outra situação diferenciadora é a inserção da cidade média nas diferentes escalas da urbanização brasileira, posto que os papéis e as funções de intermediação a serem exercidos dependerão e serão variados segundo as características dessas escalas, dadas as exigências específicas que resultam de sua inserção na divisão regional do trabalho. Admite-se com Brenner (2014, p. 16) que na contemporaneidade "a diferença espacial já não assume a forma de uma divisão entre o urbano e o rural, mas se articula mediante uma explosão de padrões e potenciais de desenvolvimento dentro de um tecido de urbanização mundial que se engrossa (mesmo que de uma maneira desigual)". A partir dessa compreensão, a tipologia desenvolvida pelo Ipea (Moura e Pêgo, 2016), com base em metodologia de Davidovich (1984), identifica as diferentes escalas da urbanização brasileira e os conjuntos de municípios nelas inseridos, "demandantes de estratégias de apoio à formulação e à execução de políticas urbanas e regionais, em escala nacional e regional, diferenciadas à natureza dessa inserção" (Moura e Pêgo, 2016, p. 5).

A tipologia das escalas da urbanização no Brasil considera a urbanização um processo que promove a reorganização das bases de produção, o exercício do poder, e a própria percepção da identidade cultural e nacional a partir da perspectiva urbana (Bourne, Sinclair e Dziewonski, 1984). Nesse processo, observam-se distintas dimensões,

ou escalas que não são uniformes, que não compõem recortes fixos, categorias constantes ou hierarquias, mas, sim, espaços em movimento, em contínua transformação. A inserção nessas escalas é o quarto tratamento refinador a ser considerado.

A tipologia aponta quatro escalas do mesmo processo:

- estágio avançado da urbanização ou municípios em processo de metropolização,[11] compondo grandes manchas contínuas no território, particularmente no Sudeste e Sul e no entorno das metrópoles das demais regiões, como também pontos isolados ou pequenas manchas pelo interior do território, que podem corresponder a cidades médias;
- municípios fortemente urbanizados, em continuidade às grandes manchas do primeiro estágio;
- municípios urbanizados, que junto com os fortemente urbanizados contemplam muitas das cidades médias identificadas, dispersas pelo território; e
- municípios em transição ou sob influência do urbano, majoritariamente integrantes de áreas de influência da intermediação, e que permeiam todo o território nacional.

Cabe apontar que cada escala difere substancialmente quanto aos padrões de concentração populacional, ao grau de urbanização, ao tipo de ocupação preponderante, aos fluxos pendulares de saída para trabalho e/ou estudo em outro município e à participação no total do produto interno bruto (PIB) e PIB *per capita* – informações básicas consideradas na tipologia.

Tais características demarcam sinergias variáveis e graus de exigência diferenciados no que concerne à gestão urbana e regional, pois incidem sobre regiões em diferentes estágios de urbanização e níveis de desenvolvimento, além de que em muitos casos essas regiões perpassam esferas federativas. Assim, tomaram-se como referência as quatro escalas da urbanização e, no caso da primeira escala (municípios no estágio mais avançado ou em metropolização), distribuíram-se os municípios ou unidades identificadas como cidades médias com base na posição na hierarquia urbana e na natureza da morfologia (aqueles que conformam arranjos populacionais; aqueles em

11. Foi desenvolvido um detalhamento em relação ao estágio mais avançado da urbanização ou em processo de metropolização, que identificou três subescalas: aglomerações urbanas, municípios não aglomerados e vetores de expansão. A subescala dos não aglomerados reúne um expressivo conjunto de centros entre os identificados como cidade média.

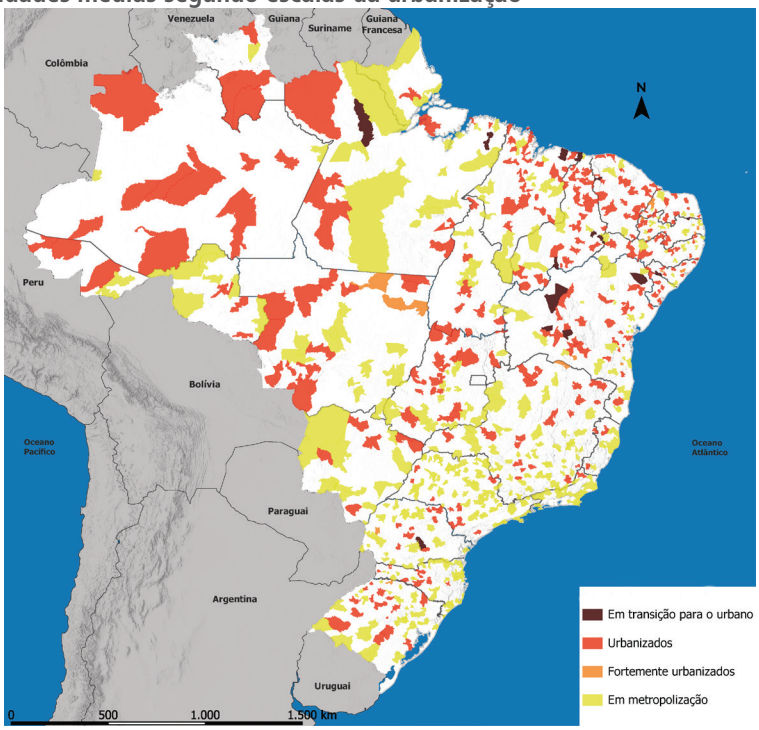
unidades singulares, ou compostos por apenas um município; aqueles situados em limites interestaduais; e aqueles em localizações transfronteiriças).

Observou-se que em áreas onde predominam municípios no estágio mais avançado da urbanização, ou em metropolização, algumas das unidades identificadas por vezes se aglutinam a outras, fundamentalmente a grandes aglomerações metropolitanas, de diversas categorias, que podem assumir uma natureza urbano-regional. Ao mesmo tempo, pontuam todo o interior do território municípios singulares e arranjos populacionais inseridos nessa primeira escala, mostrando que a metropolização é um processo que ao mesmo tempo se expande em extensas regiões urbanas assim como penetra nas mais remotas localizações, que reproduzem em menor grau seu padrão de produção, ocupação, mobilidade e concentração no urbano.

Situadas no contexto das diferentes escalas da urbanização, dos 970 municípios que compõem as cidades médias identificadas e seus arranjos populacionais, 647 integram o estágio mais avançado da urbanização contemporânea no Brasil, 14 se encontram na escala dos municípios fortemente urbanizados, 294 estão entre os urbanizados e 15, na escala em transição ou sob influência do urbano (mapa 3). Das unidades identificadas no estágio mais avançado da urbanização ou em metropolização, 140 conformam arranjos populacionais singulares, 18, arranjos interestaduais, e 10, arranjos transfronteiriços (tabela 1). A esses polos somam-se outros 314 municípios de seus respectivos arranjos populacionais. Outros 165 municípios nesse estágio da urbanização não configuram arranjos populacionais. Estes somados às 168 unidades anteriores totalizam, portanto, 333 unidades categorizadas como cidades médias em metropolização. As unidades dos demais estágios são compostas por municípios que não conformam arranjos populacionais.

A maioria dos polos de regiões geográficas imediatas que não se enquadraram nos ensaios de identificação das cidades médias situa-se na escala dos municípios urbanizados (doze centros de zona B e treze centros locais). As exceções referem-se a: Atalaia (Alagoas) e Espinosa (Minas Gerais), ambos centros locais, e Nonoai (Rio Grande do Sul), centro de zona B, que se enquadram entre os municípios fortemente urbanizados; Jeremoabo (Bahia) e Barreirinhas (Maranhão), ambos centros locais, enquadrados na escala dos municípios em transição ou sob influência do urbano; e Iturama (Minas Gerais) e Piumhi (Minas Gerais), centros de zona B, e Palmeiras de Goiás (Goiás), centro local, enquadrados na escala superior, entre os municípios em estágio avançado da urbanização ou em metropolização.

MAPA 3
Brasil: cidades médias segundo escalas da urbanização



Fonte: Moura e Pêgo (2016).
Elaboração dos autores.

A distribuição dessas cidades médias, mesmo após os refinamentos da tipologia, segue mais concentrada nos estados do Sul, Sudeste e parte do Nordeste, para os quais poderão ser aplicados filtros mais refinadores e compatíveis à finalidade programática de cada identificação.

TABELA 1

Brasil: classificação das cidades médias segundo hierarquia urbana e escala da urbanização

Escala de urbanização	Capital regional B	Capital regional C	Centro sub-regional A	Centro sub-regional B	Centro de zona A	Centro de zona B[1]	Polos de regiões imediatas (centro de zona B)	Polos de regiões imediatas (centros locais)	Polos de regiões imediatas (não classificados)	Demais municípios dos arranjos[2]	**Total de municípios**
Estágio mais avançado da urbanização	20	38	70	43	100	49	9	2	2	314	**647**
Arranjo singular	13	19	29	13	38	19	7	0	2	286	**426**
Arranjo interestadual	0	1	4	3	5	3	2	0	0	25	**43**
Arranjo transfronteiriço	0	0	2	0	4	3	0	1	0	3	**13**
Sem compor arranjo populacional	7	18	35	27	53	24	0	1	0	0	**165**
Fortemente urbanizados	0	0	0	0	3	8	1	2	0	0	**14**
Urbanizados	0	1	15	36	88	129	12	13	0	0	**294**
Sob influência do urbano	0	0	0	0	1	12	0	2	0	0	**15**
Total de municípios	**20**	**39**	**85**	**79**	**192**	**198**	**22**	**19**	**2**	**314**	**970**

Fonte: IBGE (2008; 2016; 2017a) e Moura e Pêgo (2016).
Elaboração dos autores.
Notas: [1] Com mais de 50 mil habitantes em 2017; ou menos de 50 mil habitantes, desde que nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.
[2] Inclui não classificados, centros locais e, no caso dos arranjos interestaduais, três centros sub-regionais B.

4.2 A dimensão rural da cidade média

Um quinto tratamento refinador diz respeito a assumir que essas cidades não podem ser dissociadas dos seus entornos rurais. Ao considerar a dimensão do território brasileiro, esse rural se mostra diverso, conforme as especificidades regionais: um rural sob pressão por ocupação e usos urbanos, intersticial em relação a uma densa rede de centros, que transformam abruptamente o periurbano; um rural pressionado também pelo avanço das *commodities*, pela expansão territorial do agronegócio; um rural em grandes extensões de matas, florestas, áreas alagáveis, com poucas cidades ao longo das vias de circulação; entre outras tantas situações mais específicas.

Para relacionar as cidades médias a essa diversidade de rurais, tomou-se como referência a tipologia dos espaços rurais (Bitoun *et al.*, 2017),[12] por se constituir um importante diferenciador ao construir uma representação da diversidade do país, pensada a partir do rural, como território de vida de uma parte significativa dos brasileiros. Para esse fim, tomaram-se por base informações estatísticas e cartográficas para todos os municípios brasileiros. Essa tipologia adotou como ponto de partida a divisão do país em biomas (Amazônia, Pantanal, Cerrado, Caatinga, Pampa e Mata Atlântica),[13] buscando evidenciar a relação do mundo rural com a transformação direta da natureza na produção dos espaços de trabalho e de vida. Os municípios da linha de costa e as aglomerações metropolitanas e do entorno de capitais regionais A, B e C foram separados dos biomas onde se situam, e formaram um grupo específico. Os biomas e esse grupo específico formaram, por sua vez, macrogrupos. Para cada um desses macrogrupos foram identificados tipos regionalizados de espaços rurais. Numa primeira etapa de sua construção, foram empregadas análises multivariadas em escala de cada macrogrupo, para verificar padrões de agrupamentos dos municípios em *clusters*. Em seguida, aplicou-se o método de regionalização, com vistas a identificar a continuidade desses agrupamentos, por meio da verificação de variáveis, realizada pela superposição de mapas, destacando aspectos físico-naturais, eixos fluviais e rodoviários. Os resultados foram complementados com informações da consulta a fontes bibliográficas disponíveis.

O trabalho não isola as cidades ou outras formas de *habitat* concentrado (vilas, aglomerados rurais isolados e aldeias indígenas) da representação do rural do país,

12. Tipologia realizada no âmbito do projeto do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Repensando o Conceito de Ruralidade no Brasil: Implicações para as Políticas Públicas.
13. Disponível em: <https://hub.arcgis.com/datasets/bbd1474c9f114747bf7695e3ff8a7c33>.

com destaque às cidades médias, pois cumprem importantes funções, na medida em que podem ancorar equipamentos e serviços imprescindíveis ao desenvolvimento econômico e social nessas regiões rurais. Por esse motivo, somente foram excluídos do estudo os municípios componentes dos níveis hierárquicos superiores da rede urbana brasileira: metrópoles e capitais regionais A, B e C, com suas devidas ACPs (IBGE, 2008). Denominado no estudo de grande urbano, esse conjunto agrupou 376 municípios. Os 26 tipos regionalizados de espaços rurais, além do grande urbano, com suas denominações e localizações, constam no quadro 2.

QUADRO 2
Tipos regionalizados: denominações

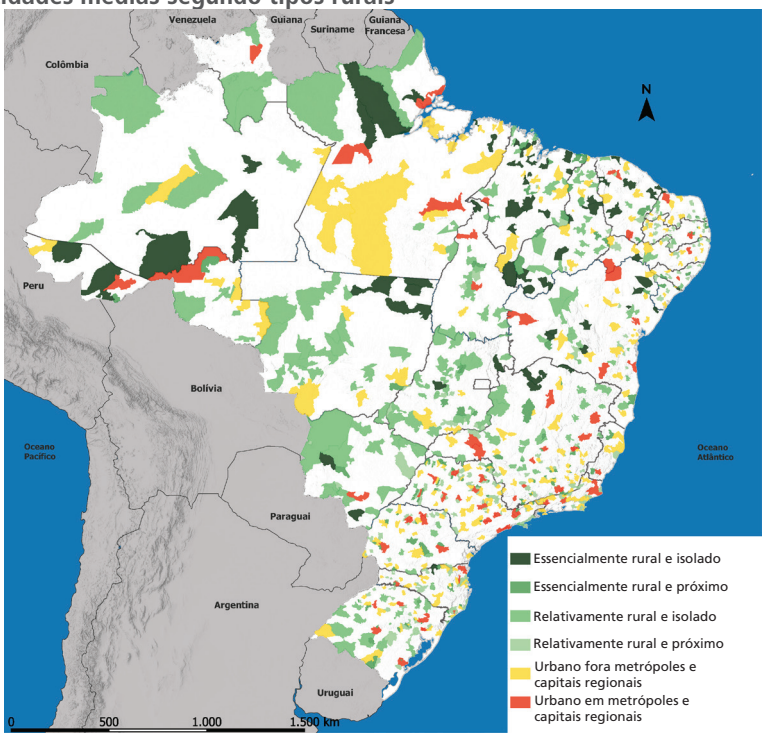
Tipo regionalizado	Denominação
1	Amazônia: Baixo Tocantins; Região Bragantina; Baixada Maranhense; rodovia Pará-Maranhão.
2	Amazônia e extremo noroeste do Pantanal: norte do Mato Grosso; BR-163; PA-150; Belém-Brasília Paraense.
3	Amazônia: Transamazônica; margem norte do baixo e médio rio Amazonas; sul de Roraima; Acre-Rio Branco, Cruzeiro do Sul; Rondônia; Bico de Papagaio; Araguaia Paraense.
4	Amazônia: Amazônia Ocidental; norte de Roraima; Trombetas; Baixo Amazonas; Marajó.
5	Pantanal.
6	Cerrado Paulista.
7	Cerrado: norte de Minas Gerais; oeste da Bahia às margens do rio São Francisco; extremo sul do Piauí; Maranhão dos Cocais.
8	Cerrado: centro e sul de Goiás; oeste e centro de Minas Gerais.
9	Cerrado: noroeste de Minas Gerais; extremo oeste da Bahia; Tocantins; sudoeste do Piauí; sul do Maranhão.
10	Cerrado: Mato Grosso do Sul; sudoeste de Goiás; sul do Mato Grosso.
11	Linha de costa Norte e Nordeste, do Oiapoque a Fortaleza.
12	Linha de costa Nordeste, de Fortaleza ao sul da Bahia.
13	Linha de costa Sudeste e Sul, do Espírito Santo ao Chuí.
14	Mata Atlântica: oeste do Espírito Santo; parte norte da Zona da Mata e sul/sudoeste de Minas Gerais.
15	Mata Atlântica: centro e sudoeste paranaense; oeste catarinense e microrregião de Canoinhas; noroeste gaúcho.
16	Mata Atlântica: oeste paulista; limite Triângulo Mineiro-Goiás; norte e oeste paranaense; sul do Mato Grosso do Sul.
17	Mata Atlântica: sul da Bahia, Mucuri; Jequitinhonha, Rio Doce, Campo das Vertentes (Minas Gerais); Noroeste Fluminense; Vale do Paraíba e Vale do Ribeira (São Paulo); Centro-Sul Paranaense; Campos de Lajes, Curitibanos, Joaçaba (Santa Catarina); Vacaria (Rio Grande do Sul).
18	Mata Atlântica: mata nordestina de Natal ao Recôncavo.
19	Mata Atlântica: entornos do Rio, Juiz de Fora, Viçosa, Belo Horizonte, São Paulo; leste paranaense e catarinense; Velhas Colônias Gaúchas.
20	Caatinga: agrestes de Natal à Feira de Santana.
21	Caatinga: Sertão Sul e Oeste.
22	Caatinga: Sertão Norte, áreas úmidas de altitude, irrigadas; Cocais do Piauí.
23	Caatinga: sertões norte-orientais com maior aridez (Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco).
24	Pampa: Campanha Gaúcha.
25	Pampa: região das Missões e sul do estado do Rio Grande do Sul.
26	Pampa: Nordeste.
27	Grande urbano: metrópoles e capitais regionais A e suas respectivas aglomerações (não caracterizado no estudo).

Fonte: Bitoun *et al*. (2017).
Elaboração dos autores.

Dentro desses tipos, os municípios diferenciaram-se ainda por uma classificação conforme o grau de importância nas economias locais da produção agropecuária (medido pelo valor agregado da produção agropecuária sobre o total do valor agregado em 2010), que resultou na especificação daqueles essencialmente rurais, relativamente rurais e urbanos. No caso dos rurais, considerou-se ainda a distância gráfica (reta) da sede municipal em relação à centralidade mais próxima com maior posição hierárquica (centro de zona, centro sub-regional, capital regional, metrópole), segundo a pesquisa REGIC de 2007 (IBGE, 2008), modulando-se essa distância por biomas (30 km nos casos do Pantanal e da Amazônia, considerando as condições adversas de transportes; e 60 km nos demais biomas).

Como resultado desse quinto tratamento refinador, as cidades médias identificadas, distinguindo aquelas em arranjos populacionais (conjunto de municípios da unidade) das individualizadas, foram relacionadas aos macrogrupos/biomas e aos tipos regionalizados de espaços rurais conforme grau de importância nas economias locais da produção agropecuária (mapa 4).

MAPA 4
Brasil: cidades médias segundo tipos rurais



Fonte: Bitoun *et al.* (2017).
Elaboração dos autores.

Dos 970 municípios integrantes de cidades médias, entre os que pertencem a arranjos populacionais, 46,9% se encontram no bioma Mata Atlântica, 19,3%, no Cerrado, e 18%, no macrogrupo grande urbano (tabela 2). Entre os que não integram arranjos, há uma distribuição mais equitativa entre Mata Atlântica (26,8%), Caatinga (24,4%) e Cerrado (22,1%), pertencendo ao grande urbano apenas 5,3%. Quanto ao grau de importância nas economias locais da produção agropecuária, entre os municípios que integram arranjos populacionais, 34,8% classificam-se como relativamente rurais e próximos, outros 22,8%, como essencialmente rurais e próximos. Dos que não integram arranjos populacionais, 29,9% classificam-se como relativamente rurais e isolados, e 28,3%, como urbanos fora de metrópoles e capitais regionais.

A interseção entre a tipologia regionalizada dos espaços rurais e o conjunto das cidades médias identificadas é um trabalho a ser aprofundado, com respeito às especificidades dos tipos regionalizados. Ainda em caráter preliminar, compreendendo a importância dessa interseção, algumas preocupações foram anotadas (Bitoun, Miranda e Moura, 2017), entre as quais se sublinha a importância de que se reconheçam as dificuldades impostas pela divisão regional do país em Grandes Regiões, posto que a tipologia regionalizada adotou a divisão em biomas. Tal preocupação se reforça na constatação de que na maior parte do território, em uma linha a oeste de Dourados (Mato Grosso do Sul) até Belém (Pará), os espaços rurais em savanas e florestas não podem ser considerados intersticiais em relação às raras cidades alinhadas ao longo dos rios e das estradas. Nessa porção do território, as regiões geográficas imediatas são recortes que se abrem para estudar as articulações urbanas e regionais em direção às centralidades de menor posição hierárquica na rede de cidades. Para tanto, é preciso apreender as dinâmicas rurais, que, numa mesma região, podem apresentar elevado grau de diversidade ou um padrão de uniformidade.

Outra preocupação que deve orientar uma interseção entre as cidades médias, nas diferentes escalas da urbanização e na tipologia regionalizada dos espaços rurais, remete à relação entre essas cidades e os padrões de modernização da produção agropecuária e extrativista, que podem ser observados na caracterização dos tipos. Recaem sobre os centros urbanos os distintos significados do mundo rural, como: a imposição dos padrões dominantes de trabalho, produção e consumo, no processo de modernização da agricultura; a concentração fundiária, como modelo ideal de empresa rural; a reorganização social e do uso do território, pela presença do agronegócio; entre outros.

TABELA 2
Brasil: municípios em cidades médias segundo tipos regionalizados e grau de importância nas economias locais da produção agropecuária

Grau de importância nas economias locais	Amazônia e Pantanal	Caatinga	Cerrado	Mata Atlântica	Pampa	Linha de costa	Grande urbano	**Total**	Participação (%)
Essencialmente rural e isolado									
Em arranjo	4	1	1	2	0	0	0	**8**	1,66
Individual	22	18	17	1	0	4	0	**62**	12,70
Essencialmente rural e próximo									
Em arranjo	3	5	31	64	4	2	1	**110**	22,82
Individual	0	10	5	6	0	4	0	**25**	5,12
Relativamente rural e isolado									
Em arranjo	6	0	17	3	3	2	0	**31**	6,43
Individual	27	25	57	29	5	3	0	**146**	29,92
Relativamente rural e próximo									
Em arranjo	1	5	31	106	5	20	0	**168**	34,85
Individual	0	33	12	41	2	3	0	**91**	18,65
Urbano fora de metrópoles e capitais regionais									
Em arranjo	0	5	13	51	2	8	0	**79**	16,39
Individual	23	33	17	54	0	11	0	**138**	28,28
Urbano em metrópoles e capitais regionais									
Em arranjo	0	0	0	0	0	0	86	**86**	17,84
Individual	0	0	0	0	0	0	26	**26**	5,33
Total									
Em arranjo	**14**	**16**	**93**	**226**	**14**	**32**	**87**	**482**	**100,00**
Individual	**72**	**119**	**108**	**131**	**7**	**25**	**26**	**488**	**100,00**
Participação (%)									
Em arranjo	2,90	3,32	19,29	46,89	2,90	6,64	18,05	**100,00**	
Individual	14,75	24,39	22,13	26,84	1,43	5,12	5,33	**100,00**	

Fonte: Bitoun *et al.* (2017).
Elaboração dos autores.

Por fim, deve-se atribuir às dinâmicas rurais um papel ativo nos estudos urbanos, considerando que são partes constitutivas do processo de urbanização. Os diferentes significados do urbano dependerão das suas relações com os rumos do rural produtivo e do rural ambiente de vida (Bitoun, Miranda e Moura, 2017). É nessa direção que a tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros pode se encontrar com os estudos urbanos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode pensar em uma política urbana para o território brasileiro ou em políticas públicas para a rede de cidades sem levar em consideração a importância dos municípios que cumprem o papel de intermediar as relações entre centralidades da rede urbana brasileira. Portanto, identificar cidades médias ou aquelas que exercem o papel de intermediação, assim como cidades pequenas, metrópoles e outras categorias urbanas, perante um conjunto diverso de municípios (brasileiros ou de UFs determinadas), é fundamental para que sejam formuladas com mais certeza de eficácia estratégias de desenvolvimento e políticas condizentes com as especificidades e potencialidades dessas centralidades de unidades espaciais.

Cada categoria deve ser considerada na totalidade do território, em suas relações com as demais centralidades e sua região de influência, tendo em conta o papel que desempenha e seu perfil funcional (nível e extensão do alcance da centralidade, atividades e serviços, entroncamento e logística, gestão do território, divisa estadual e fronteira nacional etc.). Também é relevante sua configuração espacial, que faz a diferença no grau de complexidade da gestão urbana e regional (centros singulares, arranjos populacionais, interestaduais, transfronteiriços, urbano-regionais, grandes regiões urbanas etc.), a situação dessas cidades nas diferentes escalas da urbanização, que é ao mesmo tempo um processo generalizado e diferenciado, e os diferentes tipos regionalizados de seu rural circundante.

Ressalta-se a importância desse universo variado de cidades médias, cuja diversidade de tamanhos populacionais, funcionalidade e papel na rede urbana e no entorno regional merece ser levada em conta em territórios extensos, como o brasileiro, irregularmente povoados e com novos fluxos e vetores de crescimento populacional e de investimentos. Essas cidades são necessárias para garantir a intermediação entre as grandes aglomerações metropolitanas – em suas relações globalizadas –, suas áreas de influência direta e o restante do enorme território, incluindo as regiões fronteiriças.

Sua identificação, a partir das categorias intermediárias da hierarquia urbana definida pelo IBGE, e uma breve discussão sobre seu perfil diverso oferecem-se como uma contribuição ao debate e alimentam a reflexão sobre a definição de estratégias de desenvolvimento regional suportadas pelos diferentes papeis desempenhados pelas

centralidades da rede urbana. A partir destas, podem-se desenhar com mais certeza de eficácia políticas de ordenamento territorial, com clareza sobre qual papel desempenham em seus sistemas urbanos, estendidos ao mundo rural.

Se no Brasil a concentração e a desigualdade são estruturais, a implementação de ações planejadas e de políticas que reconheçam a heterogeneidade dos espaços pode intervir e transformar essa realidade histórica, por exemplo, com: investimentos em infraestrutura e serviços de apoio à atividade econômica e ao bem-estar da sociedade; inserção produtiva e aumento da taxa de ocupação; interiorização da infraestrutura técnico-científica (pesquisa e inovação); fortalecimento do poder público municipal (qualificação técnica de servidores e formação de lideranças); entre outros. São ações que criam diferenciais para a captação de novos recursos e atração de investimentos produtivos e para aumento da capacidade de desdobramentos regionais e da autonomia dos municípios.

Deve-se ter sempre em mente, em análises e na formulação de políticas públicas, que o atual processo de reestruturação do capital é seletivo em suas escolhas, portanto, é includente e excludente de regiões e lugares. As novas lógicas de localização da atividade econômica vêm beneficiando cidades médias, especialmente aquelas situadas junto a vias de ligação com as metrópoles, mas não garantem a efetividade de seu papel como indutoras da dinamização de suas áreas do entorno. Desse modo, pensar e planejar o desenvolvimento é urgente e imprescindível, pois a expansão e a ocupação de novas fronteiras, com a emergência de cidades e aglomerações, e o reforço dos laços de interação entre os centros destas que emergem podem fortalecer vínculos e consolidar um sistema urbano mais unificado, diversificado e menos assimétrico.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. R. Os limiares demográficos na caracterização das cidades médias. *In*: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 2002, Ouro Preto, Minas Gerais. **Anais**... Ouro Preto: ABEP, 2002. p. 1-22.

BITOUN, J. *et al.* Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros. *In*: MIRANDA, C. (Org.). **Tipologia regionalizada dos espaços rurais brasileiros**: implicações no marco jurídico e nas políticas públicas. Brasília: IICA, 2017. cap. 1. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável, v. 22).

BITOUN, J.; MIRANDA, L.; MOURA, R. Cidades médias no Brasil: heterogeneidade, diversidade, e inserção nos espaços rurais brasileiros. *In*: MATURANA, F. (Ed.). **Sistemas urbanos y ciudades medias en iberoamérica**. Santiago: Instituto de Geografía de la Pontificia Universidad Católica de Chile, 2017.

BOURNE, L. S.; SINCLAIR, R.; DZIEWONSKI, K. (Ed.). **Urbanizations and settlement systems**: international perspectives. [s.l.]: Oxford University Press, 1984.

BRENNER, N. Introduction: urban theory without an outside. *In*: BRENNER, N. (Ed.). **Implosions/explosions**: towards a study of planetary urbanization. Berlin: Jovis, 2013. p. 14-32.

_____. Teses sobre a urbanização. **E-Metropolis**, ano 5, n. 19, p. 6-26, dez. 2014.

CASTELLO BRANCO, M. L. G. Áreas de concentração de população. Trabalho apresentado na mesa-redonda Áreas de Concentração de População: Regiões Metropolitanas, Cidades Médias, Cidades Gêmeas, Cidades de Fronteiras, no II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, Rio de Janeiro, 2006.

CORRÊA, R. L. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001. v. 1.

DAVIDOVICH, F. Brazilian urban settlement. *In*: BOURNE, L. S.; SINCLAIR, R.; DZIEWONSKI, K. (Ed.). **Urbanizations and settlement systems**: international perspectives. [s.l.]: Oxford University Press, 1984. p. 415-431.

DELGADO, P.; MOURA, R. **Tipologia dos deslocamentos pendulares para trabalho e/ou estudo**: Brasil 2010. Curitiba: IPARDES, jun. 2013. 30 p.

EGLER, C. A. G. Referenciais básicos para uma metodologia de identificação do sistema urbano da América do Sul. *In*: FURTADO, B.; PÊGO, B. (Coord.). **Rede urbana e integração produtiva no Brasil e na América do Sul**. Brasília: Ipea; Cepal, 2015. (Relatório de Pesquisa).

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40677.pdf>.

_____. **Divisão urbano-regional 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. **Estimativas da população residente para os municípios e para as Unidades da Federação brasileiros com data de referência em 1º de julho de 2017**. [s.l.]: IBGE, 2017a.

_____. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017b. 82 p.

_____. **Regiões de influência das cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

LENCIONI, S. Da cidade e sua região à cidade-região. *In*: SILVA, J. B. da; LIMA, L. C.; ELIAS, D. (Org.). **Panorama da geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. Referências analíticas para a discussão da metamorfose metropolitana. *In*: LENCIONI, S. *et al.* (Org.). **Transformações sócio-territoriais nas metrópoles de Buenos Aires, São Paulo e Santiago**. São Paulo: FAUUSP, 2011.

_____. Metropolização do espaço: processos e dinâmicas. *In*: RUA, J. *et al.* (Org.). **Metropolização do espaço**: gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013. p. 17-34.

MATOS, R. Aglomerações urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 10., 2000, Caxambu, Minas Gerais. **Anais**... Belo Horizonte: ABEP, 2000.

MATTOS C. A. de. **Gobernanza neoliberal, financiarización y metamorfosis urbana en el siglo XXI**. Santiago: Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales/PUC-Chile, 2014.

_____. Lógica financiera, geografía de la financiarización y crecimiento urbano mercantilizado. *In*: ORELLANA, A.; LINK, F.; NOYOLA, J. **Urbanización planetaria y la reconstrucción de la ciudad**. Santiago: RII Editores; Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales UC, 2016. (Colección Estudios Urbanos UC).

MOTTA, D.; MATA, D. da. Crescimento das cidades médias. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 1, p. 33-38, dez. 2008. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/5525/1/BRU_n1_crescimento.pdf>.

MOURA, R. **Arranjos urbano-regionais no Brasil**: uma análise com foco em Curitiba. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

MOURA, R.; CINTRA, A. População e território: processos recentes de transformação urbana e metropolitana no Brasil. *In*: SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED IBEROAMERICANA DE INVESTIGADORES SOBRE GLOBALIZACIÓN Y TERRITORIO, 12., 2012, Belo Horizonte, Minas Gerais. **Anais**… Belo Horizonte: RII, 2012.

MOURA, R.; PÊGO, B. **Aglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul**: trajetórias e novas configurações. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Texto para Discussão, n. 2203).

SANTOS, M. Crescimento nacional e a nova rede urbana: o exemplo do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 29, n. 4, p. 78-92, out./dez. 1967.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. 308 p.

SOJA, E. Para além de postmetropolis. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 136-167, jan./jun. 2013.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE; ICSA, 2009.

Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Assessoria de Imprensa e Comunicação

EDITORIAL

Coordenação
Reginaldo da Silva Domingos

Supervisão
Carlos Henrique Santos Vianna

Revisão
Bruna Oliveira Ranquine da Rocha
Carlos Eduardo Gonçalves de Melo
Elaine Oliveira Couto
Lis Silva Hall
Mariana Silva de Lima
Marlon Magno Abreu de Carvalho
Vivian Barros Volotão Santos
Laysa Martins Barbosa Lima (estagiária)

Editoração
Aline Cristine Torres da Silva Martins
Mayana Mendes de Mattos
Mayara Barros da Mota (estagiária)

Capa
Danielle de Oliveira Ayres
Flaviane Dias de Sant'ana

Projeto Gráfico
Renato Rodrigues Bueno

The manuscripts in languages other than Portuguese published herein have not been proofread.

Livraria Ipea

SBS – Quadra 1 - Bloco J - Ed. BNDES, Térreo.
70076-900 – Brasília – DF
Fone: (61) 2026-5336

Correio eletrônico: livraria@ipea.gov.br

Composto em adobe garamond pro 12/16 (texto)
Frutiger 67 bold condensed (títulos, gráficos e tabelas)
Rio de Janeiro-RJ

Missão do Ipea
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.

ipea Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

ISSN 1415-4765